

ELABORAR E REELABORAR PARA TRANSFORMAR: ANÁLISE REFLEXIVA DA (RE)CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO LARGO (AL)

Aldenice Tavares da Silva Gomes ¹
Ruth de Cassia dos Santos Brandão ²

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como o principal instrumento orientador da identidade, das finalidades e das práticas educativas de uma escola, articulando objetivos pedagógicos, formas de gestão e estratégias de avaliação e acompanhamento (VEIGA, 2001). Como afirma Veiga (2001, p. 23), “o projeto político-pedagógico é a expressão da identidade da escola e do seu compromisso com a transformação social”.

Em contextos municipais, a elaboração e a reelaboração desse documento demandam processos coletivos que expressem as especificidades locais, as demandas socioculturais da comunidade escolar e a coerência com as políticas públicas de educação.

No município de Rio Largo (AL), a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Gestão e Políticas Educacionais, desenvolveu uma ação formativa voltada à (re)construção dos PPPs das unidades escolares. Essa iniciativa buscou promover a participação efetiva de gestores, coordenadores pedagógicos, professores e técnicos, de modo a fortalecer a intencionalidade pedagógica e consolidar a gestão democrática como princípio norteador da prática escolar.

A presente pesquisa analisa esse processo de elaboração e reelaboração dos PPPs na rede municipal, concebendo-o como um movimento reflexivo e formativo que

¹ Graduação em Pedagogia. Especialização em Gestão e Planejamento Educacional. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: altasigo@gmail.com

² Graduada Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER E-mail: kassia236@hotmail.com.



possibilita à escola (re)pensar sua identidade, seus objetivos e suas práticas pedagógicas. O estudo adota como base teórica os pressupostos de Veiga (2001), Libâneo (2012) e Cury (2002), que compreendem o PPP como um processo político e pedagógico indissociável, construído coletivamente e capaz de expressar o compromisso social da instituição educativa.

O objetivo geral é analisar reflexivamente a experiência de (re)construção dos Projetos Político-Pedagógicos nas escolas municipais de Rio Largo, identificando avanços, desafios e perspectivas para o fortalecimento da autonomia escolar e da participação coletiva. Especificamente, busca-se compreender como as práticas formativas e os processos de escuta e diálogo promovidos pela Secretaria contribuíram para a ressignificação do PPP enquanto instrumento de gestão e de planejamento pedagógico.

A relevância deste estudo reside no fato de que o PPP, quando elaborado de forma participativa e contextualizada, ultrapassa o caráter meramente burocrático e se transforma em um instrumento de transformação institucional. Assim, investigar essa experiência contribui para a reflexão sobre práticas de gestão democrática, políticas de formação continuada e o papel da escola na promoção da aprendizagem significativa e da equidade educacional.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo-analítico, ancorado em uma abordagem interpretativa para compreender processos coletivos de produção de documento orientador escolar. As fontes de dados foram: (1) materiais produzidos durante os encontros formativos (rascunhos de PPP, atas de reunião, roteiros de oficina); (2) registros de campo das atividades formativas; e (3) depoimentos e falas coletadas em momentos de escuta ativa junto a gestores, coordenadores e professores.

A análise seguiu procedimentos de análise de conteúdo temático, buscando identificar categorias emergentes que retratassem avanços, resistências e demandas apontadas pelos sujeitos envolvidos. As atividades formativas articulavam momentos teóricos e práticos: exposição dialogada sobre fundamentos do PPP, oficinas de



construção coletiva, dinâmicas de priorização de objetivos e a elaboração de planos de ação coerentes com as realidades escolares.

Foram estabelecidas categorias analíticas como: (a) compreensão conceitual do PPP; (b) protagonismo e participação coletiva; (c) articulação entre objetivos e práticas; e (d) mecanismos de acompanhamento. As delimitações metodológicas incluem o recorte municipal (rede de Rio Largo) e o enfoque nos processos formativos conduzidos pela Secretaria, não abrangendo avaliações sistemáticas de impacto na aprendizagem dos estudantes em longo prazo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo apoia-se em autores que tratam o PPP como processo coletivo e veículo de organização democrática das instituições escolares. Veiga (2001) concebe o PPP como um processo histórico e coletivo que expressa a identidade e as finalidades da escola, enfatizando a importância da participação dos diversos atores escolares. Libâneo (2012) destaca a autonomia pedagógica das escolas e a necessidade de que a gestão escolar articule políticas públicas, currículo e práticas avaliativas de modo a fortalecer a missão educativa local. Como reforça o autor, “a gestão democrática constitui-se na mediação entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas cotidianas” (LIBÂNEO, 2012, p. 45).

Cury (2002) aponta o PPP como espaço de construção democrática, responsável por orientar práticas e decisões em consonância com princípios de equidade e inclusão. Complementam o referencial contribuições que abordam a formação continuada de dirigentes e docentes como estratégia de efetivação de projetos institucionais (TARDIF, 2014; GENTILI, 2000), entendida como formação que articula teoria e prática e promove interlocução entre saberes.

A literatura sobre gestão democrática reforça a necessidade de mecanismos de fiscalização, avaliação e acompanhamento institucional que assegurem a implementação das propostas acordadas coletivamente (FREIRE, 1997; SAVIANI, 2008; AZEVEDO, 2004; SOUZA; ZÁKIA, 2005). Esses referenciais subsidiaram a leitura analítica dos materiais e das vivências formativas realizadas na rede.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos materiais produzidos e das falas dos participantes permitiu identificar avanços significativos e desafios persistentes no processo de (re)construção dos PPPs.

Avanços observados

Ampliação da compreensão do PPP como instrumento vivo: Observou-se mudança de perspectiva entre muitos participantes — de um documento burocrático para um instrumento orientador da ação pedagógica. As oficinas favoreceram que gestores e professores articulassem metas pedagógicas com práticas avaliativas e estratégias de ensino contextualizadas.

Maior articulação entre diagnóstico local e definição de metas: As escolas passaram a formular objetivos que dialogam diretamente com as necessidades detectadas no diagnóstico, por exemplo, prioridade em práticas de alfabetização inicial e estratégias de atendimento à diversidade.

Incentivo à participação e ao protagonismo: A metodologia participativa, com dinâmicas de escuta ativa e construção coletiva, ampliou o envolvimento de coordenadores e docentes no processo decisório, fortalecendo a coautoria do PPP.

Produção de planos de ação mais concretos: Em várias unidades foram elaborados planos com ações, responsáveis e prazos, o que facilita o acompanhamento e a responsabilização institucional.

Desafios e fragilidades

Cultura de participação ainda incipiente: Embora haja avanços, a prática participativa não é homogênea entre as escolas. Em algumas unidades persistem decisões centradas na direção, com participação limitada do corpo docente e da comunidade escolar.



Articulação com políticas e fluxos institucionais: Em alguns casos houve dificuldade em articular os PPPs às rotinas administrativas e aos instrumentos de gestão municipal, o que pode comprometer a implementação efetiva das ações previstas.

Monitoramento e avaliação: Falta de sistemas regulares e sistemáticos de acompanhamento dos planos de ação e indicadores de desempenho escolar que permitam avaliar o impacto das ações previstas no PPP sobre a aprendizagem.

Os resultados mostram que processos formativos participativos são promotores de sentido e coesão na elaboração dos PPPs, favorecendo proposições mais contextualizadas e responsáveis. No entanto, a transformação pretendida requer que a secretaria implemente mecanismos de institucionalização do processo — formação continuada, acompanhamento técnico e uso de indicadores — para que os documentos resultantes se convertam em práticas escolares efetivas. Há, portanto, uma tensão entre a produção de textos orientadores e a sua tradução em práticas permanentes, que exige políticas de mediação e de fortalecimento da gestão pedagógica.

A (re)construção coletiva dos Projetos Político-Pedagógicos na rede municipal de Rio Largo revela-se como estratégia potente para a construção de uma gestão democrática e para o alinhamento das práticas pedagógicas às demandas locais. Quando realizada de modo participativo e formativo, a elaboração do PPP favorece maior intencionalidade pedagógica, articulação entre objetivos e práticas e a produção de planos de ação com potencial transformador.



Entretanto, para que essas potencialidades se convertam em efeitos duradouros sobre a qualidade do ensino, é necessário que as secretarias e as escolas adotem medidas de sustentação do processo: institucionalizar a formação continuada, criar rotinas de monitoramento e avaliação dos planos de ação, promover espaços permanentes de escuta e revisão e assegurar condições materiais e humanas para a implementação.

Recomenda-se ainda o fortalecimento da participação da comunidade escolar e o estabelecimento de indicadores claros que permitam avaliar o impacto das ações no desempenho e na equidade educacional. Dessa forma, o PPP reafirma-se como instrumento político-pedagógico que, mais do que planejar, forma sujeitos críticos e corresponsáveis pela transformação da realidade escolar (FREIRE, 1997).

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico; Gestão democrática; Formação continuada; Participação coletiva; Planejamento escolar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: fundamentos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GENTILI, P. Formação de professores e política pública. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. Escola e democracia: princípios e práticas. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Â. R.; ZÁKIA, S. M. L. Níveis de planejamento educacional. In: Planejamento e trabalho coletivo. Curitiba: UFPR, 2005.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. 12. ed. Campinas: Papirus, 2002.

